

CAPÍTULO 4

DOS RISCOS ALIMENTARES À GESTÃO DA ANSIEDADE

*O mundo contém um bom número de racionalistas
que são um perigo para a razão dos seres vivos.*

Maurice Merleau-Ponty, Signes

Até os anos 1990, a noção de segurança alimentar cobre um conjunto de dispositivos empregados para lutar contra o risco de fome que algumas regiões do mundo enfrentam. Economistas, agrônomos, antropólogos e sociólogos do desenvolvimento fazem pesquisas e intervêm com especialistas nos programas de luta contra a fome sustentados por fundos internacionais de financiamento ou por organizações não governamentais (ONG) (Olivier de Sardan, 1995; Padilla, Le Bihan, Delpuech e Maire, 1995). Recentemente, nas sociedades desenvolvidas que desfrutam de abundância, até mesmo de superabundância alimentar, esta expressão assumiu um sentido novo. O risco recobre aqui uma série de perigos que não são ligados à falta ou à escassez do alimento, mas à qualidade deste. Estes riscos podem ser: intoxicações químicas ou microbiológicas e, a longo prazo, conseqüências do uso de novas tecnologias aplicadas à produção e à transformação alimentar ou ainda patologias recentemente descobertas, como a doença do príon. Para evitar a confusão entre estes dois significados da expressão “segurança alimentar”, os especialistas propuseram utilizar “segurança sanitária dos alimentos”, para designar os riscos associados ao consumo dos alimentos.

O contexto ocidental é, no mínimo, paradoxal, enquanto os especialistas consideram que nas sociedades desenvolvidas, em matéria de segurança sanitária dos alimentos, os riscos objetivos nunca foram tão pequenos, o grande público os sente como significativamente mais importantes (Apfelbaum, 1998). De hoje em diante, o mundo divide-se, pois, entre os que comem ou temem faltar alimento e os que têm medo de seus alimentos. Na imprensa ocidental, a fome na Somália convive, não sem indecência, com os perigos reais e fantasmas da má alimentação *mal bouffe*. Num desenho do *Canard enchaîné* intitulado "Famine dans la corne de l'Afrique" (Fome na ponta da África), Keneroux aponta esta contradição contemporânea ao fazer um somaliano magérrimo dizer: "*À la rigueur même un peu de mal bouffe!*..." (No limite, até um pouco de comida ruim!...).

Na França e mais amplamente na Europa, desde a segunda "crise da vaca louca", desencadeada pelo desenvolvimento do caso de encefalite espongiiforme bovina, o sentimento de ansiedade se exacerba. O tema da loucura generalizada se impôs. Não é que as vacas estejam loucas, todo mundo parece ter se tornado louco. Tal é a conclusão que tiramos de uma primeira escuta da crise alimentar contemporânea.

"Os consumidores tornaram-se loucos." "Eles querem tudo e nada." "É preciso impedir a psicose." Estes discursos são ouvidos tanto da boca dos profissionais de cadeia bovina, de políticos, de especialistas, como de jornalistas. Diagnóstico quase divertido apresentado por um publicitário, quando de uma destas inumeráveis manifestações em que se fala do "risco alimentar": os consumidores teriam se tornado "esquizofrênicos", nada menos. E eis nosso analista exibindo definições de um dicionário de psiquiatria e chamando para o "retorno ao real".

Mas a mídia também teria se tornado louca! "Não é a vaca que é louca, mas a imprensa", repetiam à vontade alguns responsáveis políticos, antes da segunda crise da vaca louca. A acusação à imprensa é amplamente difundida na cadeia alimentar, entre os produtores, os transformadores, e mesmo nos meios científicos. Censura-se a mídia por sua irresponsabilidade, "seu gosto pelas manchetes", "pela emoção". "É para quem fizer mais barulho." "A urgência e o sensacional prevalecem sobre a investigação séria."

Os industriais do agronegócio são igualmente acusados de loucura, com uma menção toda especial para os do agrofornecimento. "Ávidos de

lucro", "prestes a tudo", "sem respeito às leis mais elementares da natureza" ... tudo é bom para eles por alguns dólares a mais". "Os animais de criação tornaram-se as latas de lixo do mundo industrial": carcaças de animais doentes, lama de estações de depuração, óleo usado, placentas humanas... são transformados em alimentos para gado.

Depois, eis a vez dos próprios cientistas, eles também acusados de loucura. No final de 1999, o jornal *Monde diplomatique* dava como manchete: "Os cientistas loucos da agroindústria". Alguns pesquisadores foram descritos pelo jornal como prontos para beneficiar largamente a indústria a fim de completar os orçamentos famélicos da pesquisa pública, quando isso não era por um preço elevadíssimo "vendido para industriais sem escrúpulos". Enfim, como por compensação, os políticos também teriam se tornado loucos, alternando, titubeantes a gestão da crise entre "cientificismo" e "psicologismo". "Ora eles juram apenas pelos especialistas, ora é a opinião que faz a decisão e eles tratam então a crise segundo a emoção", com "os olhos cravados nas sondagens".

O vocabulário da loucura generalizada convida a pensar a crise em termos psicopatológicos, desqualificando a razão do outro, que se torna irracional. Somos tentados, então, a buscar as condições da garantia dos consumidores, de seu retorno à razão ou, no mínimo, à confiança. Bastante presente nos meios do *marketing* e da decisão da empresa, esta atitude consiste em pensar soluções para a crise em termos de informações, de comunicação e, às vezes, de educação do consumidor.

Uma segunda abordagem do problema das crises, proveniente da sociologia das ciências, estuda as diferenças entre a definição do risco para os especialistas e para os leigos. Ela considera que a percepção destes últimos, longe de ser irracional, permite, ao contrário, compreender certos aspectos que os cientistas excluem de suas análises. A partir disso, a instalação do diálogo entre o pensamento leigo e o pensamento científico se impõe, não somente por razões democráticas mas também por razões operacionais. Pois é através desse confronto que podem ser reveladas as questões sociais que sustentam estas crises. Ele resulta numa engenharia do debate público, a serviço da governabilidade.

A terceira perspectiva, aquela proveniente da sociologia da alimentação, considera que o envenenamento no âmbito da história é uma realidade que marcou profundamente e formou o imaginário social, bem como que a ansiedade é uma invariante da alimentação humana.

Ela é um dos fundamentos da sociabilidade em seu duplo componente da falta e do envenenamento e através dos vínculos sociais que acompanham sua regulação, desde a produção até o consumo. Não é, pois, o risco enquanto tal que constitui um problema, nem mesmo a ansiedade que o acompanha, mas as transformações sociais que afetam seus modos de regulação. A ansiedade alimentar está no centro de nossa relação com o alimento (Fischler, 1990; Paul-Lévy, 1997), suas formas de expressão mudam segundo os contextos sociais e se inscrevem nos movimentos de fluxo e de refluxo. A partir disso, a crise contemporânea pode ser lida como o resultado da erosão de seus dispositivos de regulação. Esta perspectiva procura compreender as modalidades de funcionamento dos sistemas de regulações da ansiedade alimentar e tenta descobrir as condições de sua reconstrução, de sua atualização.

Estas três interpretações não são únicas, mas elas não compreendem da mesma maneira, nem com as mesmas expectativas, os diferentes instrumentos de gestão da crise que são a rastreabilidade, os rótulos, as conferências cidadãs... Os dois últimos interpretam a rejeição da razão do outro na irracionalidade ou na loucura, não como o sinal de uma perda de confiança, mas como uma crise da construção coletiva das escolhas políticas, sociais e sanitárias que sustentam a alimentação contemporânea.

4.1 O mal-entendido da qualidade

Numa leitura curta da história, a crise alimentar parece começar com o caso da vaca louca. Ora, se este acontecimento constitui justamente um momento decisivo em que o risco toma uma forma nova, tanto por suas dimensões simbólicas como reais, a análise histórica abunda de exemplos de intoxicações, de crises alimentares cuja amplitude objetiva ultrapassa largamente aquela que nós vivemos. Ela convida, pois, a seguir as evoluções do contexto histórico técnico-social que precede a crise contemporânea para compreender seus particularismos e a amplitude de seu impacto. Nos anos 1970, o vitelo e o frango à base de hormônios estavam em voga. Adubos químicos e pesticidas simbolizam os delírios produtivistas da agronomia prometéica. O movimento ecologista resultante de maio de 68 rejeita esta "farsa industrial", assim como a organização social da qual ela é o produto. Anuncia-se para um futuro próximo "bifes

de petróleo", que à época suscitam uma aceitação tão pouco entusiasta quanto aquela reservada hoje aos alimentos transgênicos.

Durante a década de 1980, a calma retorna na área alimentar. Os produtos industriais parecem agora tranquilizar os consumidores. O setor agroalimentar não exhibe mais sua tecnologia agressiva, e aprendeu a trabalhar o *marketing* dos seus produtos; entenda-se por isso, a preocupar-se com o que seus clientes pensam. As embalagens bem elaboradas confirmam isso, os produtos são de fato verdadeiros alimentos. Prolongamento deste movimento de integração do olhar do consumidor na gestão industrial, chega a hora da qualidade. Ela se define agora "como a adequação do produto às necessidades e usos do consumidor". É, pois, em última análise, o indivíduo e suas lógicas de consumo que se tornam o alvo da demanda por qualidade. Os engenheiros "da qualidade", em jalecos brancos, controlam as matérias-primas, os processos de fabricação, os produtos finais... O ar de novidade está nas normas ISO, no método APPCC, nos autocontroles, no "gerenciamento pela qualidade".

O tema é onipresente na empresa e torna-se mesmo um eixo de comunicação externa. O consumidor nem sempre compreende este discurso sobre a qualidade. Mas já que é para a qualidade, ele quer muito escutar o que se lhe diz... Infelizmente, a palavra qualidade não tem, em verdade, o mesmo sentido para ele e para os especialistas. Para ele, a qualidade é simplesmente e ingenuamente "quando as coisas são boas". Começa então um formidável mal-entendido. Ele descobre pouco a pouco um universo industrial muito diferente daquele que até então reinava sobre as embalagens. Prometem-se a ele controles bacteriológicos para reduzir os riscos de intoxicação alimentar e ele entende que se são tomadas tantas precauções, esta é a prova de que o risco existe, do qual ele nem sempre tinha consciência. Ele pensava simplesmente que não se intoxicar ao comer um produto comprado de uma indústria ou de um dono de restaurante era o mínimo a ser esperado. Ele tem a garantia do controle das matérias-primas quando nem sequer imaginou que elas não tenham sido controladas e ainda menos que fossem de "má qualidade". Num curioso efeito bumerangue, quanto mais a segurança e a qualidade se difundem nos discursos das empresas ou dos poderes públicos, mais a inquietude se espalha entre os consumidores. O raciocínio implícito funciona do seguinte modo: "Se se toma tanta precaução, então é porque é bastante perigoso!".

Esta situação conduz os industriais e os responsáveis políticos a questionar os sociólogos do seguinte modo: "Como fazer os consumidores compreenderem todos os esforços que nós fazemos?". Os mesmos efeitos se produzem com a informação relativa aos produtos. Fortemente reclamada pelas associações de consumidores, percebida pelos industriais como uma maneira de jogar as cartas na mesa, sem dúvida alguma necessária, a informação não parece, entretanto, capaz de conter a ansiedade e tranquilizar o consumidor. Franck Cochoy (1999, 2000) analisa este paradoxo e mostra que a difusão de informações participa da construção de uma "habilidade dos consumidores". Esta os tranquiliza, pois lhes dá critérios de escolha, de seleção e de orientação na oferta alimentar, mas, ao mesmo tempo, faz com que eles tenham noção de novas zonas desconhecidas que se tornam fontes de inquietude. Com a informação do consumidor, o véu se levanta sobre um universo desconhecido de laboratórios industriais. E é a era da desconfiança que começa, com sua campanha habitual, a retórica do escândalo. "Não nos dizem tudo! Ocultam-nos alguma coisa!..."

4.2 O risco e as sociedades modernas

Há alguns anos na Inglaterra, na Alemanha, na França, trabalhos sociológicos apontam o risco como uma das características das sociedades modernas (Giddens, 1993; Beck, 1992; Le Breton, 1991, 1995). Estas análises não dizem respeito explicitamente aos problemas alimentares, mas podem contribuir para compreender uma parte das questões que estão envolvidas. Para Beck, o conceito de risco emerge nas sociedades modernas quando se deixa de explicar os acontecimentos relativos aos homens "através do destino, dos caprichos dos deuses ou ainda através da natureza". Ele data seu aparecimento no momento das grandes descobertas e do desenvolvimento do domínio tecnológico da natureza pelos homens. O risco acompanha as grandes expedições e o progresso do comércio marítimo internacional. Procura-se controlar o futuro calculando os riscos, produzindo estatísticas a seu respeito; esta nova interpretação participa da transformação da cadeia de causalidade. O acontecimento infeliz aparece então como o resultado de uma série de decisões inadequadas. A responsabilidade humana ocupa seu espaço na fatalidade. A noção de risco acompanha a descoberta do mundo, seja

geográfico ou científico. Passa-se da verdade revelada ou tradicional para uma verdade construída na experiência da realidade. "O risco surge quando a natureza e a tradição perdem sua influência, e que o homem deve decidir por sua própria conta" (Beck, 1999).

Numa primeira etapa, é a vítima que aparece como responsável, foi ela que tomou más decisões. Em seguida, numa segunda fase, procuram-se responsabilidades humanas além das próprias vítimas. Por exemplo, as vítimas de um acidente de trabalho foram inicialmente consideradas como vítimas da fatalidade. Em seguida, elas se tornaram as próprias responsáveis por aquilo que lhes acontecia, sua responsabilidade era lida de maneira moralizadora, elas eram consideradas como culpadas, como a causa de sua própria infelicidade. Finalmente, procuraram-se responsáveis mais distantes, do lado da empresa e de sua organização, tendo como alvo a possibilidade de uma reparação financeira do prejuízo. As causas e a responsabilidade de um acidente são, então, dissociadas. Estas se tornam o objeto de um certo número de normas sociais e de negociações destinadas a fixar o preço da reparação do prejuízo. Estes dispositivos sociais traduzem e contribuem para instalar um processo de "juridificação" da sociedade. O aparecimento de grandes empresas transnacionais tanto no âmbito do agrofornecimento quanto no da agroindústria criou as condições de uma responsabilidade solúvel em grande escala. Ao mesmo tempo, os progressos científicos na identificação e análise dos riscos permitem o emprego de dispositivos de fiscalização cada vez mais sensíveis. Entretanto, o ritmo do desenvolvimento dos conhecimentos da parte sombria que o acompanha contribui para aumentar o sentimento de insegurança. Mas eles permitem principalmente a imputação das responsabilidades e a identificação dos culpados, que podem em alguns casos envolver "a nomeação de bodes expiatórios" (Champagne, 2000, 279).

4.3 O risco dos especialistas e o risco dos leigos

A sociologia do risco aponta as defasagens entre as modalidades de avaliação leigas e científicas dos riscos. Os especialistas utilizam ferramentas estatísticas e raciocinam em termos probabilísticos. A percepção dos riscos por parte dos leigos está sujeita à influência de certos fatores sociais. É assim que o risco é percebido com mais acuidade nos grupos sociais distanciados do poder e dos centros de decisão (Douglas

e Wildavsky, 1982), que a familiaridade das tecnologias entra em jogo, (uma técnica nova e desconhecida é julgada mais perigosa que uma tecnologia tradicional; é o caso, por exemplo, da ionização dos alimentos, que é considerada como mais arriscada que a conserva por esterilização). O sentimento de domínio e de controle pessoal é igualmente determinante; tomar o avião é experimentado como sendo mais perigoso do que conduzir por conta própria um automóvel, enquanto o risco estatístico é muito menor (Slovic, 1987, 1993). Enfim, para o domínio alimentar parece que as mulheres “manifestam mais ansiedade que os homens” e isso em países tão diversos quanto a França, o Japão, a Bélgica ou a Holanda (Rozin e col., 1999).

Além disso, se a análise científica do risco se concentra sobre a medida das conseqüências negativas de uma ação, o pensamento leigo coloca na balança as vantagens eventuais e os riscos num cálculo de custo-benefício. Por causa destas profundas diferenças, o diálogo entre os especialistas da qualidade ou da segurança e os consumidores é freqüentemente difícil, os primeiros tendo a impressão de que os segundos são irracionais e recusam o progresso. Numa tal situação, os especialistas são tentados a se refugiar em argumentos de autoridade ou a querer educar o “bom povo” para fazer com que este compreenda a verdade científica.

Para sair deste impasse, é preciso levar em conta os conflitos estratégicos que se estabelecem em torno do risco e aceitar ver nestes desacordos um confronto de racionalidades (Beck, 1999). Claire Marris acentua a dimensão qualitativa da análise do risco para o público. Enquanto os especialistas se “concentram na probabilidade de um acontecimento nefasto e medem suas conseqüências em termos quantitativos, baseando-se quase que exclusivamente na mortalidade... os leigos integram em sua definição do risco critérios mais qualitativos, interessando-se mais na natureza das conseqüências do que em sua probabilidade. Eles concedem, além do mais, uma importância particular às circunstâncias que envolvem a exposição ao risco, e aos tipos de pessoas consideradas” (Marris, 1999, 47). A percepção leiga é estruturada, ela pode ser quantificada – segundo o paradigma psicométrico por exemplo (Marris *et al.*, 1998) – e, numa certa medida, previsível. Ela não é, pois, irracional, mas mais complexa do que a dos especialistas. A tomada de consciência da percepção do público se justifica, então, por sua capacidade de esclarecer alguns aspectos dos problemas deixados na

obscuridade pela avaliação científica. As análises estritamente fundadas na ciência excluem certas dimensões sociais do risco (questões identitárias, escolhas da sociedade...) que são justamente as que aparecem no centro dos conflitos e das controvérsias sociais.

O modelo psicométrico pode ser utilizado para compreender, se não a rapidez, pelo menos a aceleração do sentimento de crise alimentar. As profundas transformações da organização da cadeia agroalimentar alargaram sua concentração nas empresas de porte cada vez maior, afastando os comedores da origem natural dos produtos alimentares, isolando-os de seu meio ambiente natural e social tradicional. Assim, a própria natureza do risco alimentar teria se transformado, na medida da transferência parcial da atividade culinária para a indústria. A concentração da produção nas unidades cada vez mais importantes tornou-a suscetível de atingir um número muito grande de pessoas. A acuidade dos instrumentos de avaliação e as políticas de observação e de avaliação dos riscos sanitários apontariam a alimentação como portadora de novas ameaças imediatas, como as toxinfecções transmitidas por alimentos, ou diferenciadas, como com os efeitos de acumulação dos metais pesados, ou da doença do príon. O grau supremo desta transformação seria alcançado no setor alimentação coletiva escolar, onde os consumidores são o verdadeiro santuário da nação e considerados como incapazes de fazer escolhas.

Pesquisadores britânicos do *Economic and Social Research Council*, tendo trabalhado sobre o risco dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM ou transgênicos), consideram que “o público não é estúpido e ignorante na sua abordagem do risco, mas que ele tem, ao contrário, uma compreensão elaborada dos riscos, porque ela ajuda a explicar e a questionar os saberes e os postulados implícitos dos cientistas, assim como o enquadramento reducionista que deles resulta (ESRC, 1999). Assim, a análise dos riscos confere ao pensamento leigo uma nobreza e ao debate democrático uma certa legitimidade.

Entretanto, estas análises amplamente provenientes de trabalhos realizados sobre os riscos ambientais ou nucleares não esgotam totalmente a questão do risco alimentar. Enquanto a sociologia do risco, após Ulrich Beck, coloca o risco como uma das características da

modernidade e tenta fazer a história da emergência desta noção, a sociologia e a antropologia da alimentação consideram a ansiedade alimentar como uma invariante de nossa relação com o alimento (Fischler, 1990; Paul-Lévy, 1997). Somente suas formas de expressão mudam, segundo os contextos sociais. O historiador das ciências Gaudillière (2001) mostrou que desde o início do século, nos Estados Unidos, a angústia alimentar se exacerba com o processo de industrialização da cadeia produtiva alimentar.

4.4 O risco como uma constante da alimentação humana

A sociologia da alimentação considera que o risco alimentar coloca-se em termos particulares, ligados ao processo de incorporação que acompanha seu consumo e participa da construção de identidades sociais (Fischler, 1998). Ao considerar as formas de racionalidade e os níveis de análise mobilizados pelos comedores, ela permite completar a compreensão da percepção leiga. Os comedores empregam um modo de funcionamento intelectual que os antropólogos batizaram de "pensamento mágico". As leis do pensamento mágico são simples de formular: as qualidades simbólicas de tudo o que entra em contato com os alimentos, quer estas sejam instrumentos, outros produtos naturais ou não, embalagens, mas também os indivíduos que os produzem, manipulam, cozinham, vendem... as qualidades, pois, de todos estes objetos e indivíduos se transmitem por "contaminação simbólica" aos próprios alimentos. O psicossociólogo americano Paul Rozin demonstrou experimentalmente este fenômeno de contaminação simbólica. Basta colocar num copo de leite uma barata morta e desinfetada – portanto bacteriologicamente segura – e depois retirá-la para tornar este produto intragável, embora consumível de um ponto de vista estritamente objetivo. Pior, se propusermos a um indivíduo que ele mesmo escreva numa etiqueta: "Cianureto, atenção: perigo!" e cole-a num copo, depois encha este com uma bebida qualquer, para um grande número de indivíduos a dita bebida torna-se inconsumível (Rozin, 1994). Ampliemos o problema para o contexto alimentar contemporâneo. Todas as intervenções tecnológicas: as manipulações, as transformações culinárias, as operações que acompanham a comercialização... mas também todos os profissionais que as asseguram, têm conseqüências simbólicas sobre a identidade dos alimentos, que convêm pois estudar para tentar controlar. Ao comer, nós

ingerimos um alimento que participa de nossa vida corporal íntima. Ele atravessa a fronteira entre nós e o mundo. Ele nos reconstrói e nos transforma ou pode nos transformar. É por isso que a alimentação nos dá de uma certa maneira o sentimento de "controle de nossa vida cotidiana" (Ledrut e col., 1979-2). Compreendemos melhor, então, porque as incertezas, os temores sobre os alimentos, se exacerbam, repetindo as incertezas sobre o futuro do próprio comedor.

4.4.1 As ambivalências da alimentação humana

Rozin (1976) e, depois, Fischler (1990) desenvolveram a idéia de que a oposição entre "neofilia" e "neofobia" resultaria da contradição entre a obrigação biológica de consumir uma alimentação variada e a pressão cultural de poder comer apenas alimentos conhecidos, socialmente identificados e valorizados. Esta dupla pressão, característica da situação do onívoro humano, que eles nomeiam de paradoxo do *honívoro*, seria a origem de uma ansiedade fundamental da alimentação humana. A ansiedade alimentar não é, pois, nova ou conjuntural, ela é permanente e deve ser regulada sempre. Para Fischler, esta regulação é o papel do "sistema culinário", ou seja, do conjunto de regras que definem a ordem do comestível, as condições de preparação e de consumo. A modernidade alimentar e as angústias que a acompanham são, então, interpretadas como uma crise da função reguladora dos sistemas culinários. O enfraquecimento das pressões sociais que pesam sobre o comedor, associado, por um lado, ao crescimento do individualismo e, por outro lado, à industrialização da produção, da transformação e da comercialização alimentar que cortam o vínculo entre o homem e seus alimentos, geram um contexto no qual domina "a ansiedade alimentar". "Se não sabemos o que comemos, não sabemos o que iremos nos tornar, nem tampouco o que somos" (Fischler, 1990, 70). Os trabalhos de Beardsworth (1990, 1995), de Paul-Lévy (1997), de Lahlou (1999), assim como algumas publicações recentes do próprio Fischler (1997-2, 1989-2), convidam a aprofundar o paradoxo do onívoro. Parece possível distinguir, com Beardsworth, diferentes dimensões da ambivalência da alimentação humana às quais correspondem formas particulares de ansiedade.

A ambivalência do *prazer-desprazer* é a primeira dimensão. Ela explica o fato de que a alimentação pode ser, ao mesmo tempo, uma